

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.426 - TO (2019/0012123-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA
PROCURADOR : SAMUEL RODRIGUES FREIRES E OUTRO(S) - TO004872
AGRAVADO : MAHMOUD WADIIH ELKADI
ADVOGADO : SANDER FERREIRA MARTINELLI NUNES - TO006687

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. AGRAVO QUE NÃO ATACA, ESPECIFICAMENTE, FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ARTIGO 932, III, 3ª PARTE, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. APELADO/AUTOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE FISCAL DE POSTURAS E EDIFICAÇÕES. EXIGÊNCIA DO NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE COMO REQUISITO EXIGIDO PARA EXERCÍCIO DO CARGO NA ÉPOCA DA POSSE. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA - EXIGÊNCIA DE NÍVEL SUPERIOR PARA EXERCÍCIO DO CARGO. REMUNERAÇÃO DIFERENCIADA E MAJORADA PARA SERVIDORES QUE EXERCIAM O CARGO ANTES DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DESDE QUE APRESENTASSEM CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES SE MANTIVERAM INALTERADAS. RECURSO DE APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

1. Quando da posse no cargo de Fiscal, era exigido como requisito do exercício do cargo o nível médio de escolaridade. Pela normativa disposta no art. 4º e Anexo II, da Lei Municipal nº 2.791/2012 (Plano de Cargos e Salários) o ingresso no cargo de Fiscal de Posturas e Edificações (Grupos Ocupacionais de Fiscalização de Atividades Urbanas) se dará mediante aprovação em cargo público e conclusão de curso superior em qualquer área, fornecido por instituição de ensino.

2. O apelado/autor está recebendo vencimentos fixados para escolaridade fixada em nível médio, sendo certo que os servidores que apresentaram certificado de conclusão de nível superior estão recebendo remuneração de nível superior.

3. A exigência de escolaridade para o exercício de cargo público de nível médio para nível superior somente justificaria a diferença remuneratória se houvesse atribuições substancialmente mais complexas e distintas, o que não é o caso dos autos, pois as atribuições do Fiscal de Posturas e

Edificações, conforme disciplina a Lei Municipal nº 2.791/2012 continuam as mesmas para servidores que possuem certificado em nível superior ou não.

4. A remuneração do servidor deve ser paga de acordo com o cargo por ele ocupado na estrutura administrativa, independente se tenha concluído nível superior ou não.

5. O art. 7º e 8º, da Lei Municipal nº 2.791/2012 (Plano de Cargos e Salários), que se referem à progressão no cargo, deve ser interpretado em conjunto com o art. 44, § 2º, da Lei Municipal nº 1.323/93 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Araguaína), que assegura isonomia de vencimentos para cargos e atribuições iguais.

6. Deve-se atribuir tratamento isonômico entre os ocupantes do mesmo cargo, com atribuições idênticas, submetidos ao mesmo grau de responsabilidade, assim, o apelado/autor tem direito a receber a mesma remuneração daqueles servidores que apresentaram certificado de conclusão de curso em ensino superior.

7. Recursos conhecidos e improvidos para manter inalterada a sentença.

No especial, alega-se que

a decisão vergastada violou expressamente dispositivo de lei federal ao afastar a incidência da Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal, bem como precedente posto no recurso de apelação sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Assim, é cristalina a violação do artigo 489, § 1º, incisos IV e VI do CPC que diz não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ele interlocutória, sentença ou acórdão que que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, além da referida decisão judicial deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que a matéria, de direito local, não foi prequestionada.

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque

o acórdão recorrido violou literalmente o artigo 489, § 1º, incisos IV e VI, do Código de Processo Civil, eis que a decisão recorrida não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, bem como deixou de seguir enunciado de súmula, pois a decisão vergastada violou expressamente a Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal. [...] a matéria sub judice é exclusivamente de direito, pois desde o primeiro grau o agravante vem sustentando que para o servidor ocupante de cargo público de nível médio venha a ocupar cargo público efetivo de nível superior, necessário se faz a submissão a novo concurso público, consoante o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal, que impõe: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O agravo não pode ser conhecido, pois a parte agravante não cuidou de impugnar, em bases concretas e específicas, bastante fundamento da decisão agravada.

Dispõe o Código de Processo Civil de 2015 que não deve ser conhecido o recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, III, 3ª parte).

Bem assim, deve ser observada a Súmula nº 182/STJ que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC[1973] que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Ressalto que a impugnação deve ser específica e suficientemente demonstrada, não bastando à parte, para assentar a viabilidade do apelo, desdizer as palavras de julgamento, tal como ocorrido.

Ilustrativamente, os seguintes precedentes:

É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada. O novo Código de Processo Civil, por meio do art. 932, reafirmou a jurisprudência desta Corte, ao exigir a impugnação específica, dos fundamentos da decisão agravada (AgInt no AREsp 855.681/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 15/04/2016).

À luz da jurisprudência desta Corte e do princípio da dialeticidade, deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia (AgRg no AREsp 705.564/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 25/08/2015).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator